

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.056 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2000



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ter "muita esperança" de que seus entendimentos com o governo federal possam elevar o salário mínimo para R\$ 180. Ontem, ele recebeu o ministro da Justiça, José Carlos Dias (ao centro), que foi acompanhado do líder do governo, senador José Roberto Arruda. *Página 2*



Geraldo Cândido é autor da proposta em exame na CRE



Roberto Saturnino tem parecer favorável à aprovação do projeto

## CRE AVALIA ELEVAÇÃO DE TARIFAS PARA IMPORTAR PRODUTOS AGRÍCOLAS

Projeto do senador Geraldo Cândido prevê a adoção, em caráter provisório, dos tetos tarifários estabelecidos em acordo do Brasil com a Organização Mundial do Comércio.

PÁGINA 4



Tavares discute, na CAE, projeto que o governo considera fundamental para o equilíbrio das contas públicas

# CAE faz audiências com Tavares e Pitta e vota indicação para o BC

Hoje, comissão ouve ministro do Planejamento e aprecia nome de Teresa Grossi para o Banco Central. Amanhã, discute com prefeito o contrato de refinanciamento da dívida paulistana

## Audiência pública discute o crédito educativo

Comissão mista que examina medida provisória que criou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior faz hoje, às 15h, audiência pública.

PÁGINA 3

## ORÇAMENTO 2000 DEVE INICIAR VOTAÇÕES AINDA NESTA SEMANA

PÁGINA 3



Senador Gilberto Mestrinho, presidente da Comissão de Orçamento, anuncia leitura do relatório final na reunião de hoje, às 17h

O projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal é o tema da audiência pública hoje de manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Estarão presentes o ministro do Planejamento, Martus Tavares, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. À tarde, a CAE deve examinar a indicação de Teresa Grossi para a diretoria do BC. Amanhã, a comissão tem audiência pública com o prefeito Celso Pitta.

PÁGINA 3

## Comissão dos Bingos ouve dirigentes

PÁGINA 3

# ACM continua a defender R\$ 180 para o mínimo

Senador diz ter “muita esperança” de que o governo encontre um caminho para dar um salário maior sem afetar demais o déficit público

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que vem mantendo entendimentos com integrantes do governo, incluindo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, acerca do aumento do salário mínimo. Para Antonio Carlos, a meta prioritária agora é elevar o mínimo para R\$ 180:

— Estou com muita esperança de que o governo encontre um caminho para dar um salário em torno de R\$ 180, sem que isso vá afetar demais o déficit público. Tenho tido conversas com figuras do governo em que se procura um meio de chegar a isso, e acho que

nesta semana teremos resultados — disse o senador.

Antonio Carlos confirmou que Malan voltou a expressar preocupação com os efeitos do novo mínimo sobre o déficit, mas reiterou seu otimismo quanto à solução.

— Está em gestação uma proposta que, acredito, vai agradar a gregos e troianos — observou.

Sobre o valor dessa proposta, ele comentou: “Eu acho que, proposta boa, só chegando a R\$ 180”.



Antonio Carlos: efeitos do novo mínimo sobre o déficit preocupam o ministro Pedro Malan

## Senador recebe José Carlos Dias

O ministro da Justiça, José Carlos Dias, solicitou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a indicação de dois senadores, representantes da maioria e da minoria da Casa, para integrarem o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Dias afirmou que pretende dar ênfase ao conselho dentro das atividades do ministério, motivo pelo qual foi pessoalmente solicitar a Antonio

Carlos o preenchimento das vagas.

O ministro disse que aproveitou a oportunidade para ressaltar a necessidade de autorização de empréstimo no valor de US\$ 420 milhões, em exame no Senado. Os recursos são destinados à reestruturação da Polícia Federal, principalmente na Amazônia.

Ainda na tarde de ontem, o presidente do Senado recebeu o advogado-geral da União, Gilmar Mendes, para uma visita de cortesia.

## Projetos aprovados em comissões vão à Câmara

Somente nos primeiros dias do ano legislativo, o Senado enviou para análise dos deputados pelo menos cinco proposições aprovadas em caráter terminativo pelas comissões. Esse sistema regimental abrevia o processo legislativo, permitindo que a opinião da comissão, caso não haja recurso para que a matéria seja votada no Plenário, tenha o mesmo valor de uma decisão tomada por toda a Casa.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por exemplo, aprovou dois projetos de lei ampliando direitos para idosos e crianças. A proposta do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relatada pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), instituindo a gratuidade do transporte coletivo para crianças até 12 anos, recebeu apoio unânime na comissão.

Os mesmos senadores concordaram em alterar a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de acordo com o parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) ao projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), ampliando o limite para recebimento do benefício de um salário mínimo por portadores de deficiência e idosos com mais de 70 anos.

## Senado decide hoje sobre débitos de Cabo Verde

O Senado decide hoje se autoriza a União a realizar operações financeiras concernentes a Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com o Brasil. O valor do débito é de US\$ 7,2 milhões, oriundos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Também hoje, o Plenário delibera sobre a renovação de concessões outorgadas a duas emissoras de rádio — à Fundação Metropolitana Pau-



Osmar Dias

lista, de São Paulo (SP), e à Fundação Educacional de Ponta Grossa, situada em Ponta Grossa (PR).

Amanhã, os senadores votam projeto de Osmar Dias (PSDB-PR) que amplia de cinco para dez anos o prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebidos pelas cidades que perderam população até 1997. Ao invés da aplicação escalonada do redutor financeiro entre 1999 e 2002 à taxa acumulada de 20% ao ano, o senador quer que o ajuste seja feito à taxa anual acumulada de 10%.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2000

Brasil 500



Presidente  
11h — Ovídio de Angelis, secretário Especial de Políticas Regionais  
11h30 — Roberto Giannetti da Fonseca, secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior  
15h30 — Sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PDL nº 164/99, que aprova os atos que renovam as concessões outorgadas à Fundação Metropolitana Paulista para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média e onda curta na cidade de São Paulo (SP); PDL nº 297/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional de Ponta Grossa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV) na cidade de Ponta Grossa (PR); PR nº 13/2000, que autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde com o Brasil, no valor de US\$ 7,2 milhões, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei nº 8.187/91, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex); Requerimento nº 98/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada do PLS nº 41/2000, de sua autoria; e Requerimento nº 101/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 65/99 com o PLS nº 536/99, por regularem a mesma matéria.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: audiência pública destinada a instruir o PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares; e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

15h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 1.972-11, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante no Ensino Superior.  
Pauta: audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional; o secretário-executivo do MEC; o diretor do Fies, e representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério da Previdência Social e da CEF. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: apreciação da indicação de Teresa Cristina Grossi Togni para exercer o cargo de diretora do Banco Central. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Aviso nº 37/99, encaminha ao Senado, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na sessão extraordinária reservada do Plenário de 3.11.99, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam (TC nº 928.510/98-0); e PDL nº 38/2000, que aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

11h30 — Comissão de Educação  
Pauta: PLS nº 387/99, modifica dispositivos da Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo; PLS nº 620/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara; PLS nº 576/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a prevenção contra o uso de drogas; PLS nº 354/99, que institui o Dia Nacional de Luta Contra as Queimaduras; PLS nº 529/99, que institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; e PDLs que aprovam atos que renovam a permissão e concessão para exploração serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: Apreciação do relatório final. *Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)*

15h — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul  
Pauta: Discussão e votação dos relatórios do deputado Confúcio Moura ao PL nº 889/99, que dispõe sobre a padronização de numeração dos chassis dos veículos automotores fabricados ou montados no Brasil para comercialização no mercado interno e Mercosul; da senadora Emilia Fernandes à Mensagem nº 1.456/99, que submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul; e do senador Geraldo Althoff ao PDL nº 17/98, que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina. *Anexo II da Câmara dos Deputados — Sala T/24*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CAE faz audiências públicas e vota indicação para BC

Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal e refinanciamento da dívida de São Paulo são temas das reuniões, que terão presença do ministro do Planejamento, Martus Tavares, e do prefeito de São Paulo, Celso Pitta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza nesta semana três audiências públicas. Além do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, devem comparecer à CAE Teresa Grossi, indicada para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central (BC), e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, acompanhado do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

O ministro e o secretário-executivo vêm à CAE hoje de manhã. Eles deverão falar sobre o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal encaminhado ao Congresso pelo Poder Executivo. A proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, vem sendo considerada fundamental para um ajuste efetivo das contas públicas nas três esferas de poder.

O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), já realizou audiências públicas sobre este tema com o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. O primeiro questionou a proposta do governo de cobrar comissão para conceder garantias a estados e municípios, enquanto o segundo criticou a imposição de critérios únicos para estados e municípios, o que, para ele, fere o pacto federativo. O parecer sobre a matéria deverá ser entregue à CAE pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), até o final do mês.

Entre as normas estabelecidas no projeto estão a proibição, em anos eleitorais, da contratação de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e a proibição da concessão de reajustes salariais ao funcionalismo seis meses antes do fim do mandato. O projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir do voto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Na tarde de hoje, a CAE também examina a indicação de Teresa Cristina Grossi Togni para o cargo de diretora de Fiscalização do Banco Central. A indicação provocou muita polêmica no Senado, já que a indicada responde, junto a outros funcionários do Banco Central, a dois processos judiciais por improbidade administrativa, pela ajuda do BC aos bancos Marka e FonteCindam, quando da desvalorização do real, em janeiro do ano passado.

Amanhã, a CAE recebe o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que vem falar sobre contrato de refinanciamento da dívida pública paulistana, a ser celebrado entre a União e o município. O refinanciamento, considerado fundamental para o saneamento das contas da prefeitura de São Paulo, passa a ser debatido no momento em que o prefeito enfrenta uma série de acusações feitas por sua ex-mulher, Nicéa Camargo, por suposto envolvimento em atos de corrupção.



Hoje à tarde, a CAE examina também a indicação de Teresa Grossi para o cargo de diretora do Banco Central

## Mestrinho pretende apreciar relatório do Orçamento ainda nesta semana

Além da leitura do relatório final do Orçamento, que deve ocorrer em reunião marcada para as 17 horas de hoje, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização deve começar ainda nesta semana a votação do Orçamento da União de 2000.

O substitutivo elaborado pelo relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), deverá ser apreciado amanhã e quinta-feira, em reuniões marcadas para as 10 horas pelo presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Na opinião do relator, a

materia não deverá receber muitos pedidos de destaque dos 168 deputados e senadores que compõem a comissão. "O relatório foi feito de maneira democrática, contemplando todos os estados com aumentos de receita em relação ao Orçamento do ano passado", afirmou.

Melles conseguiu elevar os investimentos federais de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões — um acréscimo de R\$ R\$ 4,9 bilhões em relação à proposta inicial do Executivo. As receitas orçamentárias deste ano, segundo expli-

cou o relator, deverão ser destinadas, em grande parte, para as áreas de infra-estrutura, econômica e social.

O setor mais beneficiado será o de transportes, que deverá receber R\$ 3,61 bilhões, seguido pela saúde, com R\$ 1,37 bilhão, e pela agricultura, com R\$ 741 milhões. À educação serão destinados R\$ 464 milhões e para a área de habitação, R\$ 422 milhões.

Após a votação pela comissão, o projeto será apreciado pela Câmara e pelo Senado em sessão conjunta do Congresso Nacional.



Outra matéria na pauta da Comissão de Educação fixa regras para estágios profissionalizantes, garantindo caráter educativo à atividade

## CE examina obrigatoriedade de transmissão de sessões do Congresso

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h30, para analisar uma pauta de 12 itens, entre eles projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que obriga as TVs por assinatura a transmitirem as sessões plenárias do Congresso. Requião justifica sua proposta argumentando que essas transmissões vêm proporcionando um contato diário e direto dos representantes

eleitos com a população.

O senador critica a maneira como as grandes redes de televisão editam as matérias referentes ao Legislativo e ressalta que, com a transmissão ao vivo, o Congresso "poderá apresentar-se ao povo brasileiro por inteiro, transparente, com seus defeitos e virtudes". O relator da matéria, senador Gerson Camata (PMDB-ES), adiantou que seu

parecer será favorável à aprovação.

A Comissão de Educação examina, também, projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que fixa regras para a prática do estágio profissionalizante, introduzindo a instituição de férias para os estagiários que completarem 12 meses de trabalho e a determinação de que os estudantes receberão ajuda financeira não inferior ao salário mínimo.

O principal objetivo da proposição, de acordo com o senador, é garantir o caráter educacional desse tipo de atividade e evitar que trabalhadores com vínculo empregatício sejam substituídos por estagiários por conta da menor remuneração recebida pelos estudantes. O relator do projeto, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), apresentará parecer favorável à matéria. Os dois projetos tramitam em caráter terminativo.

Entre os itens da pauta da comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), estão sete projetos de decreto legislativo que tratam da renovação da concessão de emissoras de rádios.

## Sucessor do Crédito Educativo será discutido hoje

A Comissão Mista Especial destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) realiza hoje, às 15 horas, audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa; o secretário-executivo do Ministério da Educação, Luciano Oliva Patrício; o diretor do Fies, Antônio Floriano Pereira Pesaro, e um representante do Ministério da Previdência Social. O Fies substitui o antigo Programa de Crédito Educativo. A comissão é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A medida provisória estipula uma nova fórmula de empréstimo que permite aos estudantes de instituições de ensino superior financiarem até 70% do valor das mensalidades cobradas pelas instituições de ensino superior.

Os critérios para a concessão dos financiamentos levam em conta a renda familiar do candidato, se ele possui moradia própria, se já tem curso superior, se a família gasta com pessoas portadoras de doenças crônicas, ou se já existem outros beneficiários do programa. Os estudantes que apresentarem condições financeiras mais desfavoráveis dentro dos critérios estabelecidos terão preferência na concessão do empréstimo.

## Comissão realiza debate com dirigentes esportivos

A comissão mista que estuda a medida provisória que instituiu a taxa de funcionamento para os bingos recebe hoje, às 14 horas, os presidentes das federações de futebol dos estados do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, de Minas Gerais, Elmer Ferreira, e do Distrito Federal, Weber Magalhães. Eles deverão discutir com os deputados e senadores o financiamento dos esportes por meio da renda decorrente dos bingos.

Além disso, constará da pauta da audiência a discussão do dispositivo da MP que proíbe o controle de mais de um clube esportivo por uma única empresa. O relator da comissão, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), já se declarou a favor da proibição, como forma de garantir a lisura das competições esportivas.

# CRE analisa aumento de tarifas de importação de produtos agrícolas

Projeto prevê a adoção, em caráter provisório, dos tetos tarifários estabelecidos em acordo do Brasil com a OMC

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 17h30, para apreciar projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que eleva, em caráter provisório, o valor das tarifas incidentes sobre as importações agropecuárias. A matéria determina que serão cobrados sobre essas importações os valores máximos, isto é, os tetos tarifários previstos em acordo firmado pelo Brasil com a Organização Mundial do Comércio (OMC). O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), tem parecer favorável à aprovação.

O projeto abre exceção apenas para as importações dos países do Mercosul e de produtos com redução da oferta em volume que implique ameaça à regularidade do abastecimento interno, de acordo com parecer prévio emitido pelo Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA). A elevação das tarifas vigorearia até que o Conse-



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também aprecia hoje acordo firmado entre os governos do Brasil e do Peru

lho do Agronegócio emitisse parecer sobre o assunto.

Na mesma reunião, a CRE, que é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), analisa acordo firmado entre os governos do Brasil e do Peru sobre cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países, celebra-

do em Lima, no dia 21 de julho de 1999, e o exame do aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhado ao Senado Federal, em caráter sigiloso, a partir da decisão adotada pelo TCU, pronunciada em sessão extraordinária reservada em 3 de novembro de 1999.

## Lúdio Coelho destaca visita do presidente da Bolívia ao Senado

Ao registrar a visita oficial que o presidente da Bolívia, Hugo Banzer, fez ao Congresso Nacional na manhã de sexta-feira passada, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) ressaltou a importância, para Mato Grosso do Sul, da construção da rodovia que ligará Corumbá (MS) a Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), dotando o estado de uma ligação rodoviária com o oceano Pacífico.

Segundo Lúdio Coelho, a construção da rodovia foi um dos temas tratados por Banzer em sua visita ao Brasil, que incluiu encontros com o presidente Fernando Henrique Cardoso e visitas de cortesia aos poderes Judiciário e Legislativo.

— Hoje o Brasil tem interesses grandes com a Bolívia. Já foi concluído um gasoduto entre a Bolívia e São Paulo e está sendo construído um outro ligando aquele país a Cuiabá. Também existe um número substancial de brasileiros trabalhando em território boliviano, principalmente no setor agrícola — enumerou Lúdio Coelho.

O senador informou que, quando presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, sempre realçou a necessidade de Brasil e Argentina oferecerem atenção especial ao Paraguai e à Bolívia, com o objetivo de diminuir a diferença econômica entre os países do continente.



Lúdio Coelho observa que hoje o Brasil tem grandes interesses nas relações com a Bolívia

## Francelino elogia realização de curso para preparar candidatos a vereador

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) saudou a Universidade Federal de Juiz de Fora pelo lançamento de um moderno curso de preparação para quem pretende se candidatar a vereador, intitulado "Representação e Cidadania". O curso, realizado na última semana pela instituição, ofereceu programa com matérias sobre



Francelino Pereira saúda iniciativa da Universidade Federal de Juiz de Fora

orçamento público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Direito Constitucional e o

papel das câmaras municipais na democracia brasileira.

Segundo o senador, trata-se de um curso oportuno nesta fase em que vão vigorar no Brasil novas regras para as prefeituras e câmaras municipais, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, e também pelo fato de este ser um ano de eleições municipais em

todo o país.

— O mínimo que se pode dizer sobre

esse curso é que a universidade de Juiz de Fora demonstra estar atenta à evolução dos tempos, ao se voltar para a comunidade em que está inserida, numa integração saudável — afirmou.

A instituição de Juiz de Fora, que vai completar 40 anos como universidade federal, foi criada por decreto do presidente Juscelino Kubitschek, informou. Segundo o senador, trata-se de um centro de excelência em educação.

O curso para os que aspiram ser candidatos a vereador "superou as melhores expectativas de seus idealizadores", atraindo mais de 300 pessoas, observou o senador.

## Tocantins expõe sua cultura e potencial na Senado Galeria

Os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) e o governador tocantinense José Siqueira Campos abrem hoje, às 18 horas, na Senado Galeria, uma exposição sobre a expressão cultural e as potencialidades naturais do estado do Tocantins. Com o tema "O Tocantins e os 500 anos de descobrimento do Brasil", a mostra é a primeira de uma série que até abril de 2001 enfocará a cultura de vários estados brasileiros.

Integram a mostra, organizada pelas secretarias estaduais de Cultura, de Comunicação, de Planejamento e a Secretaria Geral de Governo do Tocantins, painéis fotográficos retratando os bens culturais, turísticos e projetos executados pelo estado. Além das fotografias, também serão exibidas peças de artesanato indígena feitas em cerâmica,

madeira, plumagem e fibras confeccionadas pelo povo karajá.

Ainda será mostrado o artesanato de Mateiros, localizado na região leste do estado, que utiliza como matéria-prima o talo da flor *Syngonanthus-sp*, conhecida como capim-dourado, encontrada somente nessa região do Tocantins. Já os painéis fotográficos abordarão desde o processo de criação e crescimento de Palmas, capital tocantinense, até programas desenvolvidos pelo governo, como o projeto Orla, a hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e a hidrovía Araguaia-Tocantins.

A Senado Galeria localiza-se no corredor de acesso ao Anexo I do Senado e fica aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, e aos sábados e domingos de 10 às 14 horas.

## Ernandes Amorim quer mudar composição dos fundos constitucionais

Com o objetivo de reverter a tendência de concentração de recursos arrecadados à disposição exclusiva da União e aumentar a participação de estados e municípios, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apresentará proposta de emenda constitucional modificando a atual composição dos fundos constitucionais destinados às unidades subnacionais. Ao invés de serem compostos apenas pelo Imposto de Renda (IR) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os fundos constitucionais dos estados e dos municípios passariam, com a proposta, a integrar também a arrecadação de taxas e contribuições sociais, como Cofins, PIS/Pasep e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Conforme o senador, desde a promulgação da Constituição de 1988, o Executivo progressivamente inverteu a intenção descentralizadora da Carta em prol de uma concentração de recursos na União, de que a aprovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) seria o último capítulo. Os dados referentes à evolução da arrecadação do IPI e do IR, que compõem a receita dos fundos constitucionais, e das taxas e contribuições destinadas exclusivamente à União demonstrariam, na opinião do senador, a necessidade de retomar a intenção do legislador constituinte.

De 1995 a 1999, comparou Amorim, os recursos partilhados pela União com estados e municípios passaram de R\$ 42 bilhões para R\$ 62 bilhões,



Ernandes Amorim defende a retomada da "intenção do legislador constituinte"

enquanto os destinados apenas à União aumentaram de R\$ 27 bilhões para R\$ 50 bilhões, o que equivale, respectivamente, a acréscimos em torno de 50% e 100%.

— Se o aumento da arrecadação do IPI e do IR, desde a promulgação da Constituição, houvesse acompanhado os índices de arrecadação da Cofins, do PIS/Pasep e da CSLL, o valor dos repasses ao FPM e ao FPE, em 1999, não seria de R\$ 20 bilhões, mas de R\$ 60 bilhões — reiterou o senador.

O mais grave, no entendimento de Amorim, é que a concentração de recursos na União tem representado privilégios a São Paulo, como foi destacado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) em pronunciamento feito na semana passada e apoiado por Amorim.



## Jucá defende medidas emergenciais na segurança

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu ontem que os governos federal e estaduais adotem medidas emergenciais para a área de segurança pública antes de implantar o modelo de unificação das polícias civil e militar. As medidas de curto prazo foram propostas e aprovadas por unanimidade no I Encontro Nacional de Militares Parlamentares, realizado em Florianópolis (SC), em 27 e 28 de janeiro.

Conforme o senador, as sugestões dos policiais civis e militares portadores de mandatos eletivos devem ser levadas em conta pelo governo federal, porque “eles agregam experiência de vida” capaz de discriminar que mudanças implicarão resposta mais rápida às expectativas da sociedade em matéria de segurança pública. Segurança e desemprego, segundo Jucá, “são hoje as duas grandes chagas” nacionais, para a opinião pública.

Entre as medidas de curto prazo propostas pelos parlamentares, Jucá salientou o reequipamento das polícias civil e militar, “pois não é possível que elas trabalhem com poder de fogo inferior ao dos criminosos”; melhoria salarial emergencial, dado que as disparidades de piso e teto no país “enfraquecem o trabalho das corporações”; reforma dos regulamentos disciplinares e dos currículos dos cursos de formação; definição de uma estratégia de ação



Jucá não aceita que as polícias civil e militar tenham poder de fogo inferior ao dos criminosos

preventiva e fim do emprego de policiais em atividades estranhas ao policiamento, como ocorre em muitos estados, onde grande número de policiais militares e civis exercem atividades burocráticas.

De acordo com o senador, para que seja possível melhorar as condições salariais das forças policiais e reduzir as disparidades existentes entre os estados, os parlamentares reunidos no encontro de Florianópolis consideraram necessária a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, cujos recursos permitirão o reequipamento das polícias e a complementação do piso nacional nos estados mais carentes.

## Heloísa Helena: oposição não aceita Teresa Grossi

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem que o Bloco Oposição não vai compactuar com a indicação de Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central, uma vez que a funcionária está respondendo a processos na Justiça decorrentes de sua atuação no episódio do socorro aos bancos Marka e FonteCindam.

— O grau de responsabilidade criminal será apurado pelo Poder Judiciário, quando serão definidas as penas cabíveis a cada um dos envolvidos nessas irregularidades. Até o momento, quando as responsabilidades não estão totalmente apuradas, mas pesam suspeitas graves contra diretores e funcionários do Banco Central, não podemos exigir punições para não cometermos injustiças, mas não podemos, também, concordar que essas pessoas sejam premiadas ou promovidas — afirmou a senadora.

Citando o relatório final da CPI do Sistema Financeiro, Heloísa Helena afirmou que a Diretoria de Fiscalização do BC forjou uma história para legitimar a decisão de socorrer o Banco Marka. Ela citou a carta que teria sido enviada pela BM&F alertando o BC para possíveis riscos sistêmicos, depois que a decisão de socorrer os bancos já havia



Heloísa Helena observou que Teresa Grossi responde a processos na Justiça

sido tomada. “E quem solicitou à BM&F que encaminhasse uma carta que servia para encobrir os verdadeiros responsáveis pela decisão? A senadora Teresa Cristina Grossi”, assinalou.

Além disso, a senadora disse que Teresa Grossi foi responsável pelo levantamento das informações e pelo cálculo do valor do socorro, tomando decisões de forma autônoma. Para Heloísa Helena, o argumento da competência para justificar a indicação de Teresa Grossi não é suficiente. “Se ela for a única funcionária competente para o cargo, é melhor fechar o Banco Central”, concluiu.

# Arruda quer urgência para projetos sobre uso de armas

Senador lamenta número elevado de mortes no DF e cita exemplo dos EUA, onde acordo com fabricantes de armas reduziu violência

Ao comunicar o assassinato do técnico em eletricidade Gérson Ferreira, no fim de semana, em Brasília, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fez um apelo, ontem, para que o Senado discuta e vote, em regime de urgência, os dois projetos que limitam o uso de armas no país.

Para o senador, a Casa “não pode ficar de braços cruzados” diante da escalada de violência que assola os grandes centros urbanos brasileiros. Ele destacou que um maior controle sobre a venda e o uso de armas, embora não seja a solução definitiva para o problema, contribuirá sensivelmente para reduzir os índices de violência, que considerou alarmantes.

— A sociedade brasileira clama por



Arruda deplorou morte de técnico no DF e afirmou que sociedade clama por medidas contra a violência

medidas que possam diminuir a violência, e o Senado Federal tem em suas mãos projetos da maior importância. Ficar como está, não dá — frisou o senador.

José Roberto Arruda citou o exemplo dos Estados Unidos, que preparam um acordo com os fabricantes de armas visando ao controle da violência, incluindo a criação de dispositivos de segurança e de identificação dos armamentos. O senador ressaltou que o lobby dos vendedores de armas não pode “sobrepor o interesse público”.

O senador lamentou a morte do técnico Gérson Ferreira, seu amigo de infância na cidade mineira de Itajubá, informando que no Distrito Federal são assassinadas de cinco a 15 pessoas a cada fim de semana.

## Calheiros apresenta substitutivo amanhã na CCJ

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dos três projetos que regulam a comercialização e uso de armas de fogo no país, ora tramitando pelo Senado, informou ontem que apresentará amanhã seu substitutivo à comissão. Ele adiantou que optará pela proibição sumária da venda de armamento aos cidadãos comuns, exceto às Forças Armadas,

às polícias federal, estadual e municipal, às empresas de segurança e aos clubes de caça e tiro legalmente estabelecidos.

Renan Calheiros disse que, em seu substitutivo, sugerirá a indenização às pessoas que possuam porte e devolverem suas armas num prazo de até 360 dias após a promulgação da lei, se aprovada. Ele pretende também incluir, no seu substitutivo, a aprovação popular da proposta atra-

vés de referendo, a ser realizado, conjuntamente, com as eleições municipais de outubro próximo.

— É hora de o Senado Federal votar esse assunto, que já foi fartamente discutido pelos senadores. Todos têm opinião formada e não podemos mais retardar sua votação, e concordo com a tramitação urgente da matéria sugerida pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) — frisou o parlamentar.

## Unicameralismo está na contramão, afirma Melo

Relato de viagens oficiais à França e à Itália foi feito ontem pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Em substituição ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, Melo participou em Paris do Fórum dos Senados do Mundo, em que, no seu entendimento, ficou clara a importância do bicameralismo (parlamento dividido em duas Casas) no mundo de hoje e a superação do conceito de unicameralismo como meio para processos legislativos mais democráticos.

— O unicameralismo está na contramão da história — frisou Geraldo Melo.

Segundo o senador, o Brasil foi tratado com grande distinção nesse encontro por estar situado na zona de transição entre os países emergentes e aqueles de capitalismo avançado. “Mais do que o cumprimento de formalidades, portanto, a presença da delegação brasileira serviu para que o país pudesse participar da tomada de decisões que certamente afetarão mais tarde a vida do povo brasileiro”, disse.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou a importância da reunião na França e lembrou que nos

últimos anos a imprensa não tem mais caracterizado as missões oficiais de parlamentares ao exterior como viagens desprezadas de sentido estratégico.

Em seu discurso, Melo fez agradecimento especial ao presidente do Senado pelo apoio que este deu à preparação da viagem e elogiou o papel exercido durante o encontro pelo embaixador do Brasil na França, Marcos Azambuja, também enaltecido em aparte pelo senador Antonio Carlos Magalhães. O presidente do Senado disse ter acompanhado “com orgulho a missão à França”.

Antonio Carlos elogiou especialmente o embaixador do Brasil na Itália, Paulo Tarso Flexa de Lima, classificado como “uma das maiores, senão a maior figura do Itamaraty na atualidade”. O embaixador — assim como a embaixatriz Lúcia Flexa de Lima — recebeu menção de destaque no discurso de Melo, que teve na Itália a missão de representar o Brasil em cerimônia realizada na Cidade do Vaticano. Ali foram beatificados pelo papa João Paulo II 30 mártires de um massacre ocorrido no Rio Grande do Norte no século XVII.



Geraldo Melo fez relato de viagem à França e à Itália e mostrou importância do bicameralismo

Durante sua estada na Itália, onde o acompanharam os senadores José Agripino Maia (PFL-RN) e Agnelo Alves (PMDB-RN), Geraldo Melo disse ter se sensibilizado com a atuação do embaixador do Brasil no Vaticano, Marcos César Naslausky. Melo fez questão de citar a intensa movimentação de Lúcia Flexa de Lima, responsável pela reforma do Palácio Panfili, sede da embaixada brasileira em Roma. O palácio é um prédio histórico de alto valor — alguns avaliam seu preço em US\$ 300 milhões — adquirido nos anos 50 por US\$ 1 milhão. Segundo Antonio Carlos, a reforma do Panfili está sendo acompanhada com atenção pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

# Álvaro pede que Câmara vote unificação do Simples

Senador defende apreciação rápida pelos deputados de seu projeto que reúne em alíquota única os impostos cobrados das microempresas

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu ontem que os deputados votem com rapidez o projeto de sua autoria que unifica em 3% as alíquotas dos impostos cobrados das microempresas através do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos). O projeto foi aprovado na semana passada, de forma terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e remetido à apreciação da Câmara:

— Ao unificar as alíquotas do Simples, que hoje vão de 3% a 5,4%, o projeto pode levar a um aumento da arrecadação. As atuais alíquotas diferenciadas conduzem o microempresário ao nanismo, pois ele evita aumentar seu faturamento para não pagar mais imposto — assinalou Álvaro Dias.

Microempresas, conforme o projeto, são aquelas que têm faturamento anual de até R\$ 244 mil. A atual taxa é de 3% para renda bruta anual de até R\$ 60 mil, de 4% até R\$ 90 mil e de 5,4% até R\$ 244 mil.

A proposta também altera as alíquotas do Simples para as empresas de pequeno porte, alargando a base de cálculo do imposto — sua taxa vai de 5,4% a 8,6%, desde que o faturamento não ultrapasse R\$ 1,2 milhão por ano.

Para o senador Álvaro Dias, as microempresas e as empresas de pequeno porte “são aquelas que realmente criam empregos no Brasil” e o projeto aprovado pelos senadores “é mais um eficiente mecanismo de combate à pobreza no país”.



Álvaro: legislação atual obriga microempresários a não crescer para não pagar mais impostos

## Mozarildo vê excesso de reservas indígenas

A distorção na relação entre área territorial e população indígena existente no Brasil foi criticada ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Pesquisa realizada pela Funai, apresentada pelo senador, revela que 11,42% do território brasileiro estão destinados a reservas indígenas, sendo que na região Norte esse percentual chega a 21,19%:

— O Brasil possui 97.624.245 hectares de reservas indígenas. A região Norte sozinha tem 82.012.395 hectares, o que corresponde a 84% da área total de re-



Mozarildo Cavalcanti

servas indígenas do Brasil. Em Roraima, as reservas indígenas ocupam 57,27% do estado — assinalou o senador.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que a grande quantidade de terras “intocadas” é um entrave ao desenvolvimento do país. Lúdio disse que, em Mato Grosso do Sul, organizações não-governamentais estão procurando vestígio de índios por toda parte para demarcarem as terras.

Mozarildo defendeu a ocupação das regiões fronteiriças na Amazônia com a

implantação de povoados, pois criaram-se imensas reservas indígenas nas fronteiras com sete países, “justamente onde transita o contrabando de armas e o tráfico de drogas”. O senador também criticou o presidente da Funai, Carlos Mares, que teria dito não ser preciso ouvir os índios para demarcar reservas.

Mozarildo revelou ainda que havia marcado audiência com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, da qual também participariam 15 lideranças indígenas e a bancada de Roraima no Congresso. “Mas a assessoria do ministro informou que a audiência foi cancelada. Se fosse pedida por uma ONG, não seria cancelada e a TV ainda faria a cobertura”, lamentou.

## Para Quintanilha, governo deve investir na agricultura

Referindo-se às diferenças entre a agricultura européia e a brasileira, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ontem ser imperativo, num país de dimensões continentais como o Brasil, a presença do governo em obras de infra-estrutura, como estradas, hidrovias e energia elétrica. Ele lembrou que muitas comunidades no interior do Brasil não conhecem eletricidade, daí por que entende que o quadro da agricultura européia não pode ser comparado com o que acontece no Brasil.

Leomar Quintanilha observou que a agricultura européia é altamente subsidiada, o que não acontece aqui, onde os agricultores não dispõem de insumos mais baratos. Para ele, se há uma atividade econômica para a qual o Brasil tem vocação é a agropastoril, razão pela qual todos os esforços devem ser desenvolvidos para tornar o país o maior celeiro do mun-

do. A presença do governo nessa atividade, em sua opinião, é essencial até que essa economia possa realizar-se num ambiente de livre comércio, garantindo o sustento do homem do campo.

Referindo-se às exigências contemporâneas para a proteção da natureza, Leomar Quintanilha lembrou que a Europa não teve tantas preocupações nesse assunto quando organizou seu setor primário, desenvolvendo tecnologia que lhe permite agora ganhos extraordinários de produtividade. Além disso, sustentou o senador, a sociedade européia quer alimento na mesa, sem preocupar-se em como é produzido. Ele também criticou o fato de que, na hora de cobrar proteção ambiental, os europeus pressionam principalmente países como o Brasil.

Mesmo assim, o senador observou que a Europa não está livre de pro-



Quintanilha lembrou que a agricultura européia é altamente subsidiada

blemas, como demonstra a criação intensiva de animais de grande e pequeno porte. Ele informou que o despejo de dejetos, decorrentes da criação animal e que acidificam o solo, tem preocupado os governos daquele continente, notadamente os de reduzida extensão territorial.

## Moreira condena vandalismo de manifestação em Rondônia

O Tribunal de Justiça do estado de Rondônia indeferiu mandado de segurança impetrado por diversos sindicatos contra a decisão do governo estadual de demitir aproximadamente 10 mil servidores públicos, informou ontem o senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele aproveitou para parabenizar a Polícia Militar “por, de forma pacífica, ter conseguido manter a ordem e a segurança do patrimônio público e da propriedade particular”.

Se por um lado a polícia recebeu elogios de Moreira Mendes, alguns parlamentares, que ele não citou os nomes, foram criticados porque teriam insuflado os manifestantes contra as demissões a promover atos de vandalismo, entre os quais apedrejar a sede do Tribunal de Justiça e o palácio do governo. Segundo o senador, este comportamento causou danos materiais aos dois prédios públicos e ferimentos em alguns policiais militares:

— Lamento que vários políticos que costumam freqüentar a cozinha do governador estivessem à frente desses demitidos, fazendo jogo duplo e insuflando pessoas, mesmo sabendo que elas não tinham direito de ser readmitidas. Eles se colocavam contra o governo durante o dia e depois



Moreira Mendes: vários políticos insuflaram manifestantes a apedrejar prédios públicos

corriam para a cozinha do governador para obter benesses — comentou Moreira Mendes.

Mesmo lastimando as demissões, Moreira Mendes disse que o governo agiu de forma correta e dentro da legalidade ao publicar o ato com as demissões. O senador salientou que o estado tinha que se enquadrar no que determina a Lei Camata, segundo a qual os gastos com o funcionalismo não podem ultrapassar 60% das receitas, e passar a gastar dentro de suas possibilidades.

## Luiz Otávio quer Eximbank financiando cidades pobres

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) defendeu em discurso que as localidades que receberão instalações do projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) tenham acesso a financiamentos para projetos de saneamento básico. Ele destacou que, em conversas informais, técnicos do Eximbank e da Raytheon, empresa norte-americana fornecedora de radares e outros equipamentos do Sivam, “deixaram clara a sua simpatia em financiar” tais projetos.

Depois de afirmar que tais localidades geralmente são pobres, onde praticamente não há abastecimento de água tratada ou redes de esgoto, Luiz Otávio sustentou que os deputados e senadores da região Norte devem se unir para lutar em favor de tais financiamentos. Ele informou que São Félix do Xingu, no Pará, onde se localizará um dos sistemas de apoio do Sivam, não tem sequer água encanada.

### APARTES

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) questionou o projeto Sivam, lembrando que o ex-presidente Fernando Collor recusou o projeto de vigilância aérea da Amazônia sob o argumento de que as empresas norte-americanas que entrassem no projeto iriam mapear toda a riqueza mineral da região.



Luiz Otávio sugeriu que empresa do Sivam ajude a dotar municípios de infra-estrutura

“Além disso, sabemos que a produção dos equipamentos está dando 20 mil empregos nos Estados Unidos, e não no Brasil.”

O senador José Fogaça (PMDB-RS), depois de lembrar que o Congresso já discutiu o mérito do projeto Sivam, observou que o Eximbank norte-americano só se dispunha a financiar a venda dos equipamentos fornecidos pela Raytheon. “O financiamento não poderia ser empregado em outra coisa, em nenhum projeto social, como dizem algumas pessoas”, acrescentou.

O pensamento de Karl Marx, apontado em pesquisa da BBC de Londres como o maior cérebro do milênio, é tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, à 1h, às 6h30 e às 13h30. Os convidados são o senador Lauro Campos (PT-DF) e o deputado Delfim Neto. Para o senador Lauro, a essência detectada por Karl Marx acompanha o capitalismo. "De forma que enquanto houver o capitalismo, haverá a presença fundamental de Marx", afirma. Delfim, embora considere importante o pensamento de Marx, entende que Einstein deveria receber o título de maior cérebro do milênio.

A produção e comercialização de alimentos transgênicos é o tema da entrevista do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) à TV Senado, que será apresentada hoje às 3h30 e às 7h30. O senador lembra que a rejeição dos europeus aos produtos transgênicos tem forçado uma redefinição nas estratégias de mercado, tendência que já pode ser notada em vários países. Quintanilha aborda, na entrevista, o seminário realizado no Senado, sobre o tema, e destaca o trabalho realizado pela Embrapa, que vem desenvolvendo algumas variedades de soja geneticamente modificadas.



## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

0h55 – *Senado em Pauta*  
1h – *Cidadania*: Senador Lauro Campos e o deputado Delfim Neto falam sobre o pensamento de Karl Marx  
1h55 – *Senado em Pauta*  
2h – *Unip*: Beleza da pele – 2ª parte  
2h25 – *Senado em Pauta*  
2h30 – *Jornal do Senado*  
2h55 – *Senado em Pauta*  
3h – *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo  
3h30 – *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos  
3h55 – *Senado em Pauta*  
4h – *Jornal do Senado*  
4h25 – *Senado em Pauta*  
4h30 – *Unip*: Beleza da pele – 2ª parte  
4h55 – *Senado em Pauta*  
5h – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras: Brasília  
5h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
5h55 – *Senado em Pauta*  
6h – *Unip*: Beleza da pele – 2ª parte  
6h25 – *Senado em Pauta*  
6h30 – *Cidadania*: Senador Lauro Campos e o deputado Delfim Neto falam sobre o pensamento de Karl Marx  
7h25 – *Senado em Pauta*  
7h30 – *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos  
7h55 – *Senado em Pauta*  
8h – *Jornal do Senado*  
8h25 – *Senado em Pauta*  
8h30 – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras: Brasília  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
9h30 – *Entrevista*: Senador Pedro Piva fala sobre a

rolagem da dívida de São Paulo

8h55 – *Senado em Pauta*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)

Logo após – Comissão de Educação

13h30 – *Cidadania*: Senador Lauro Campos e o

deputado Delfim Neto falam sobre o pensamento de

Karl Marx

14h30 – Sessão Plenária (vivo)

Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)

Logo após – Comissão de Relações Exteriores (gravado)

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – Comissão Mista do Bingsos (gravado)

Logo após – Comissão que analisa o Fundo de

Financiamento a Estudantes do Ensino Superior

(gravado)

Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*. Em seguida – Música e

informação

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida

– Música e informação

14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo). Em

seguida – Música e informação

19h – *A Voz do Brasil*. Em seguida – Música e

informação

20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste

Em seguida – Música e informação

21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-

Oeste. Em seguida – Música e informação

21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/

Sudeste. Em seguida – Música e informação

0h – Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida

– Música e informação

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

# Fogaça apóia proposta de moeda única no Mercosul

Senador exalta declarações de Fernando de la Rúa em favor da criação de padrão monetário comum para Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai

O presidente da Argentina, Fernando de la Rúa, é o grande líder do Mercosul neste momento, segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS). Para ele, o Congresso Nacional e a equipe econômica do governo não estão enxergando a necessidade de acelerar o processo de consolidação do mercado comum. De la Rúa, ao contrário, tem dado



José Fogaça acha que Mercosul vive seu momento mais delicado

declarações apontando com firmeza a urgência da criação de um padrão monetário comum – o gaúcho – para o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Esse padrão seria o primeiro passo rumo à moeda comum.

Para Fogaça, de la Rúa está perce-

bendo o quanto as moedas dos países da América do Sul estão fragilizadas frente ao fluxo instável dos capitais internacionais. Na opinião do senador, o Brasil, que optou por desvalorizar o real, está em melhores condições do que a Argentina, que por lei amarrou o peso ao dólar norte-americano. Ainda assim, o real não está livre das crises financeiras internacionais.

– Este é o momento mais delicado vivido pelo Mercosul – disse Fogaça.

O caminho apontado pelo presidente da Argentina é o do forte controle monetário e fiscal, o que causa desgaste a um político de esquerda. Mas Fogaça

lembrou que também na Itália a esquerda é que teve de fazer reformas econômicas duras e dar ao país condições de aderir ao euro – a moeda européia.

Se os países da América do Sul quiserem chegar a uma moeda comum, terão de adotar políticas padronizadas de controle monetário e das contas públicas, conforme o senador.

– As declarações de de la Rúa em favor da moeda única não são só políticas. Ele está tomando medidas e apontando caminhos concretos para que o Mercosul seja uma realidade – disse o senador.

Fogaça reconhece que a adoção de uma moeda comum leva à perda de parte da soberania dos estados nacionais, mas no caso do Mercosul ele acha que a nova moeda dará aos países que a adotarem soberania para fazer frente à força do dólar e do euro.

## Projeto de Luzia prevê detenção de até dois anos para crime de informação falsa

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto de lei para incluir um novo artigo no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de dezembro de 1940) qualificando de crime a informação falsa. De acordo com a parlamentar, "frequentemente ocorre que determinadas pessoas, inescrupulosamente, prestam informações falsas sobre outrem, com o objetivo de prejudicá-las, e nem sempre essas condutas são alcançadas pela tipificação penal dos crimes contra a honra".

O projeto está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), que dará uma decisão terminativa sobre a matéria.

Isso significa que, se a proposta for aprovada pela comissão e não receber qualquer recurso para manifestação do Plenário da Casa, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

O artigo proposto define como crime a condição de "prestar informações falsas sobre outrem, denegando-lhe a imagem, com o fim de dificultar sua admissão em emprego ou a obtenção de crédito". Detenção de um a dois anos para os infrato-



Luzia: crime de informação falsa não é menos lesivo que os praticados contra honra

res é a penalidade sugerida pela senadora em seu projeto.

No entender de Luzia, o crime de "informação falsa" não é menos lesivo que os crimes contra honra. "É útil, assim, incluir-se no Código Penal dispositivo que tipifique essa conduta, semelhante à tipificada como falsidade ideológica (art. 299), mas

dela distinta por realizar-se, o mais das vezes, oralmente", afirmou.

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Lúcio Alcântara pede atenção do Congresso aos direitos humanos

Cabe ao Congresso Nacional priorizar a canalização de verbas orçamentárias para a defesa dos direitos humanos e fiscalizar os atos do governo nesta área, advertiu o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmando que o tema deve ser incorporado à agenda da maioria das lideranças políticas nacionais.



Alcântara teme que a globalização agrave desrespeito aos direitos

Alcântara também defendeu a inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais na abrangência do Plano Nacional de Direitos Humanos, editado pelo Executivo em 1996 e que

trata exclusivamente dos direitos civis e políticos. "Grande parcela da população brasileira está prejudicada atualmente por essa omissão", comentou.

Mas, segundo o senador, a existência pura e simples de normas sobre direitos humanos não impede sua violação, às vezes reiteradas. Lúcio Alcântara citou uma lista dos casos de desrespeito aos direitos humanos, como a morte de 111 presos no presídio do Carandiru, em São Paulo; as chacinas de Vigário Geral e da Candelária, no Rio; o assassinato de trabalhadores

sem-terra em Corumbiara, em Rondônia, e em Eldorado dos Carajás, no Pará, e o assassinato, praticado pela polícia, de um trabalhador em greve, em Brasília.

– Esses casos, malgrado a evolução histórica que registramos nessa área, mostram a distância abissal que existe entre a teoria e a prática acerca do respeito aos direitos humanos no Brasil. Apontam ainda para a necessidade de um maior engajamento de todos na defesa desses direitos, sobretudo com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais – disse.

O senador advertiu para a capacidade que o processo de globalização econômica tem de agravar o desrespeito aos direitos humanos. Citando o professor José Eduardo Faria, o senador disse que as perspectivas para a América Latina são as mais sombrias, pois o esvaziamento institucional imposto pelo neoliberalismo pode resultar no retorno à barbárie.



Casildo Maldaner defende maior participação das mulheres na vida do país

## Maldaner: respeito à mulher é sinal de democracia

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu maior participação das mulheres na vida econômica, política, social e cultural do país, principalmente as que pertencem às camadas sociais mais pobres da população. Para ele, a igualdade de acesso à educação para todas as mulheres também deve ser um compromisso inadiável, destinado ao fortalecimento da solidariedade e da democracia no país.

Casildo Maldaner fez essas considerações ao destacar as comemorações do Dia Internacional da Mulher, celebrado no último dia 8. "Essa data sugere um exercício de profunda reflexão histórica e social sobre o papel essencial e insubstituível desempenhado pela mulher no Brasil e em todas as sociedades", observou o senador.

Ao homenagear as mulheres pelo transcurso do seu dia, Casildo Maldaner lembrou que o respeito aos direitos da mulher deveria ser a medida universal da verdadeira democracia, conforme os ideais de justiça, paz e liberdade. A seu ver, o país já deu um importante passo nesse sentido ao criar a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, que tem por finalidade promover e defender os direitos da mulher, além da criança, do adolescente e das minorias.

— No mundo econômico em que vivemos, nessa economia globalizada que visa principalmente ao lucro, a participação da mulher nas diversas atividades econômicas é aceita apenas como forma de reduzir custos produtivos, utilizando mão-de-obra mais barata. Não existe igualdade de remuneração, tratamento igualitário, oportunidades iguais de trabalho nem mesmo respeito pela dignidade da mulher — afirmou.

# Maguito espera que Goiás seja Patrimônio da Humanidade

Senador afirma que será "uma glória para o estado" se sua antiga capital se tornar a sétima cidade brasileira a receber o título da Unesco

"Será uma glória, uma conquista sem precedentes para Goiás e para o Brasil", afirmou ontem o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ao anunciar que a cidade de Goiás, antiga capital do estado, poderá ser agraciada ainda neste ano pela Unesco com o título de Patrimônio da Humanidade.

Lembrando que essa luta foi iniciada há três anos, quando governava o estado, o senador informou que, fundada em 1727, a cidade é uma das principais referências culturais e históricas do país. Também informou que, ao longo dos séculos, Goiás conseguiu manter as características da época colonial e, desde 1950, já é Patrimônio Histórico Nacional.

Se for declarada Patrimônio da Humanidade, acrescentou o senador,



Maguito considera a cidade de Goiás "uma das principais referências históricas do país"

a cidade será a sétima a conseguir o título no país, passando a fazer parte de um grupo de pouco mais de 150 em todo o mundo contempladas com

essa distinção. Ele pediu aos presidentes do Senado e da Câmara que se manifestem oficialmente a favor da concessão do título.

— A cidade de Goiás é hoje talvez a maior referência do Brasil colonial. Sua arquitetura é única e apaixonante. É uma verdadeira relíquia do Movimento das Bandeiras preservada no coração do país — argumentou ele.

Maguito Vilela informou que uma primeira missão da Unesco visitou recentemente o município, ficando bem impressionada com a cidade. Em sua opinião, essa impressão inicial leva o povo goiano a acreditar que o título será concedido. "Se alcançarmos êxito, certamente será uma vitória não apenas de Goiás, mas da cultura nacional", afirmou.



Carlos Patrocínio lamenta que as piores rodovias estejam no Nordeste, Norte e Centro-Oeste

## Para Patrocínio, situação das estradas retrata a desigualdade

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que o estado das rodovias brasileiras é o retrato mais nítido das desigualdades regionais. Para ele, o melhor estado das estradas do Sul e do Sudeste mostra que há uma clara opção do governo por aquelas regiões, em detrimento das outras, especialmente o Nordeste, onde estariam as rodovias em pior situação.

— Viajar de carro hoje para qualquer cidade nordestina é uma aventura. Não bastassem os riscos de um assalto, é muito maior a possibilidade de não se chegar ao destino, de chegar bem depois do previsto ou de ter o veículo danificado pelas inúmeras armadilhas escondidas nos buracos que tomam conta dessas estradas — disse.

Patrocínio leu dados contidos em levantamento feito pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em 1997. Segundo esse estudo, das dez piores ligações rodoviárias do Brasil, sete cruzavam o solo nordestino. Em 1999, quando a CNT elaborou a quarta pesquisa do gênero, a situação havia piorado: das 15 piores estradas brasileiras, 14 estavam localizadas no Nordeste. E nenhum dos dez melhores trechos rodoviários brasileiros está naquela região, no Norte ou no Centro-Oeste, informou.

A pior ligação rodoviária do país, ainda segundo a pesquisa da CNT, estende-se de Salvador a Paulo Afonso, na Bahia. Em situação melhor, mas igualmente precária, estão as ligações entre Maceió (AL) e Salgueiro (PE); Picos (PI), Salgueiro (PE) e Lagoa Grande (PB); Açailândia (MA) e Miranda do Norte (MA); e Teresina (PI) e Barreiras (BA).

De acordo com a CNT, são 2.427 quilômetros de buracos e de insegurança, resultantes não apenas das precárias condições do piso, mas da inexistência de acostamento e de sinalização. Em apelo feito ao Ministério dos Transportes, o senador solicitou providências para a conservação dessas rodovias.

## Mozarildo acredita que o Refis beneficiará Previdência

A instituição do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi considerada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) como uma forma de sanar o problema das dívidas empresariais junto à Previdência Social. O programa prevê que empresas endividadas com o INSS comprometam até 1,5% de seu faturamento mensal com cada uma das parcelas do débito. Determina ainda que só poderão participar do programa de parcelamento dos débitos de longo prazo, contraídos até outubro de 1999, as empresas que estiverem em dia com o recolhimento das contribuições previdenciárias.

O senador disse que, segundo dados do setor de fiscalização do INSS, são lan-

çados todo ano R\$ 11 bilhões em débitos atrasados e entre R\$ 5 bilhões e R\$ 7 bilhões em débitos no ano em exercício corrente. Com a implantação do programa, acrescentou, o acréscimo na arrecadação da Previdência Social chegará a R\$ 7 bilhões anuais.

Mozarildo comentou que, na opinião de Luiz Alberto Lazineo, diretor de arrecadação do INSS, o Refis proporcionará ganhos à Previdência de duas maneiras: facilitará a recuperação dos débitos passados e exigirá a manutenção das contas em dia, além de proporcionar vantagens para os devedores. Estes, segundo observações do técnico citadas pelo senador, terão a oportunidade de consolidar suas dívidas e quitá-las proporcionalmente ao faturamento da empresa.



Mozarildo Cavalcanti vê no Refis um mecanismo engenhoso e uma esperança para a Previdência

— Ao atacar, conjuntamente, o problema dos débitos do passado e a questão do estímulo à manutenção em dia das contribuições correntes, o Refis revela-se um mecanismo bastante engenhoso e apresenta-se, de fato, como uma importante esperança de melhoria da arrecadação da Previdência Social — concluiu o senador.



Iris afirma que morte de Cleber Gouveia abre "um grande vazio" no mundo artístico de Goiás

## Iris presta homenagem póstuma a artista plástico

Ao prestar homenagem póstuma ao professor Cleber Gouveia, sepultado no início da semana passada em Goiânia, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que sua morte abre um grande vazio no mundo artístico e cultural de Goiás. "Ele, como poucos, conseguiu dominar com rara maestria a escultura, a pintura, a gravura, a cerâmica e a litografia", declarou o senador.

Segundo Iris, Cleber Gouveia era mineiro da cidade de Uberlândia e foi para Goiás ainda criança. De ori-

gem humilde, ainda adolescente teve que trabalhar para ajudar o sustento de sua família, integrando-se plenamente à vida social e cultural do estado, informou.

O senador acrescentou que Cleber Gouveia foi professor do Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás e teve o mérito de ser um dos introdutores da arte moderna no estado, contribuindo com a formação de profissionais e o desenvolvimento das artes plásticas.